

Aula 00

TJ-PI (Analista Judiciário - Contador)
Passo Estratégico de Contabilidade
Pública

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

27 de Janeiro de 2023

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística IDECAN	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	6
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	18
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas IDECAN	19
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	37
7) Noções Gerais - Lista de Questões IDECAN	42
8) Noções Gerais - Gabarito IDECAN	49
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	50



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Tópico	% de cobrança	Aula(s)
Despesa Pública	21,19%	Aulas 4 e 5
Receita Pública.	17,80%	Aulas 1 e 2
Estágios da Despesa, Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos	11,02%	Aula 6
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	10,17%	Aula 12
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	9,32%	Aulas 8 a 10
Introdução DCASP e Balanço Orçamentário	9,32%	Aula 13
Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	6,78%	Aula 0
Balanço Financeiro	4,24%	Aula 14
Balanço Patrimonial	4,24%	Aula 15
SIAFI e Conta Única	3,39%	Aula 20
DFC e DMPL	1,69%	Aula 18
Demonstração das Variações Patrimoniais	0,85%	Aula 16
Sistemas de Custos	0,00%	Aula 19

O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação	75,00
Regime Orçamentário e Regime Patrimonial	25,00



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

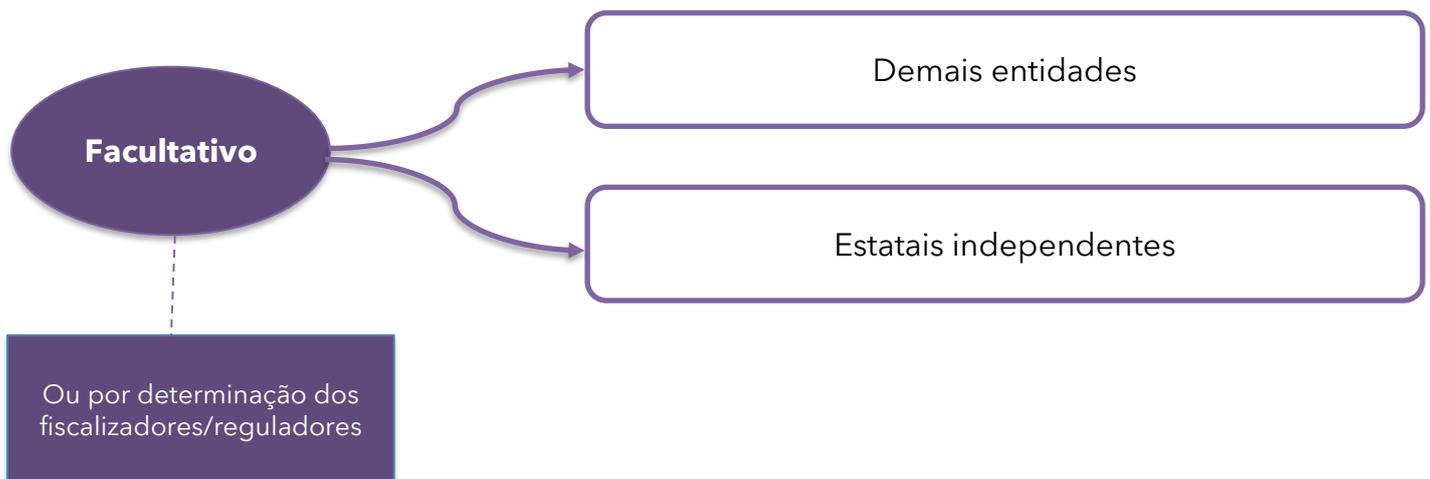
Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.



É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente, às entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), **órgãos**, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

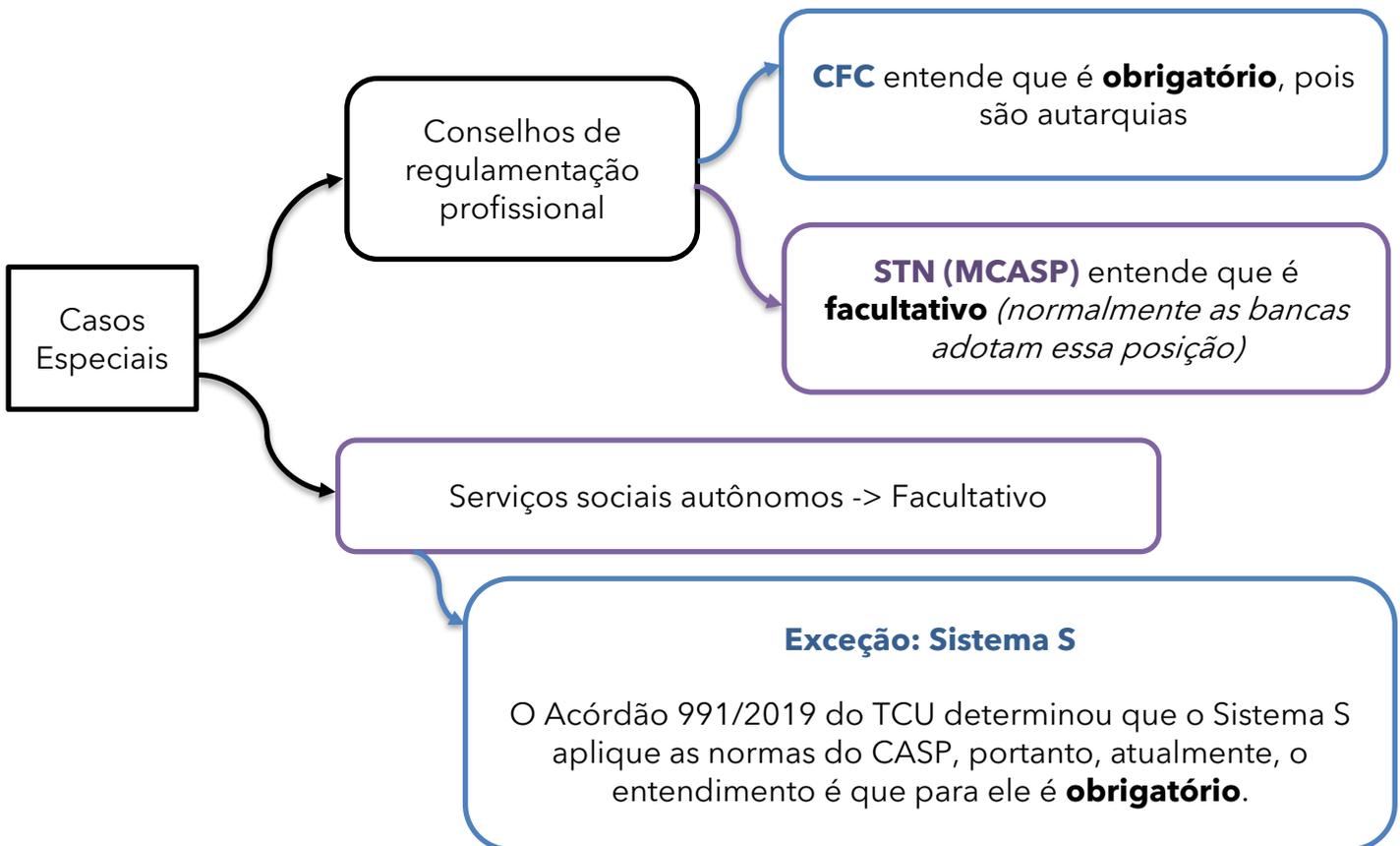
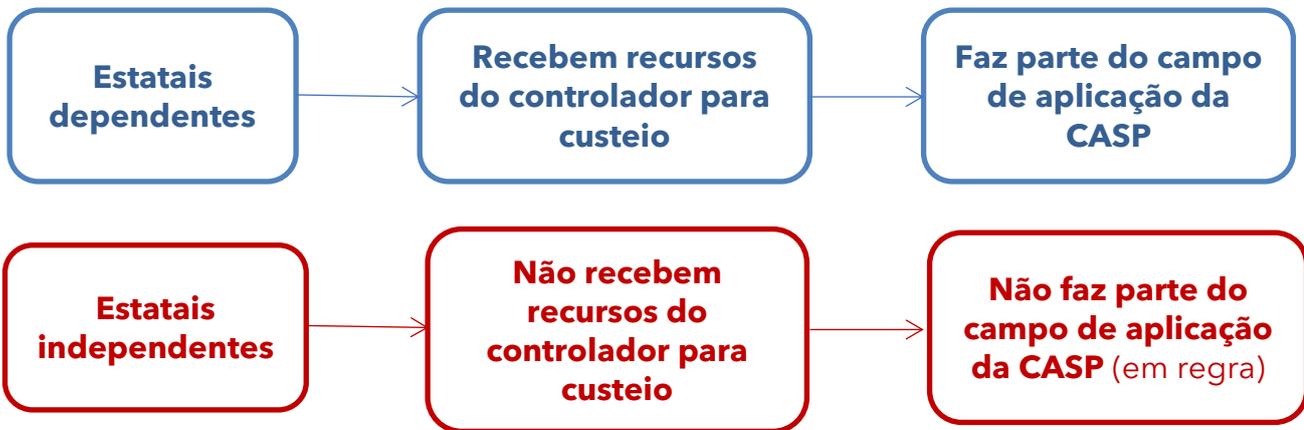
Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

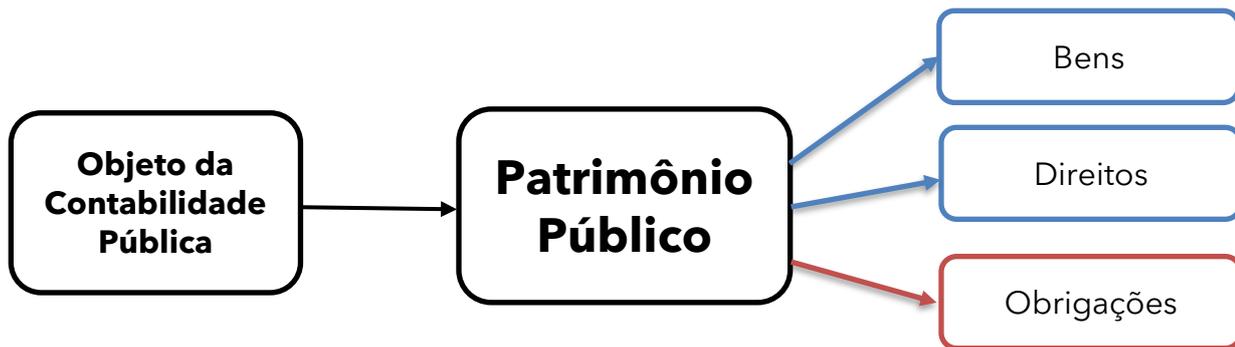
1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).



ESQUEMATIZANDO





Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



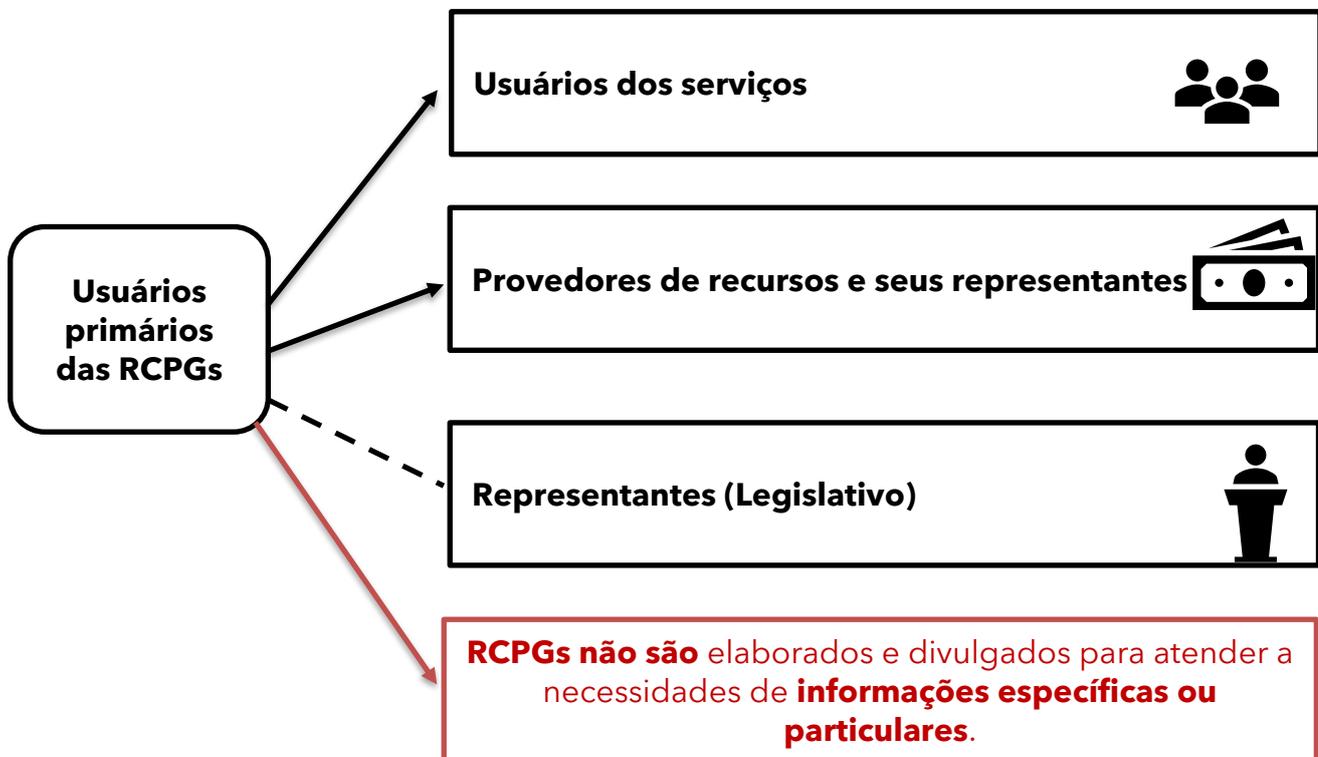
- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** - obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** - diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** - aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** - diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** - diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** - entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** - saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

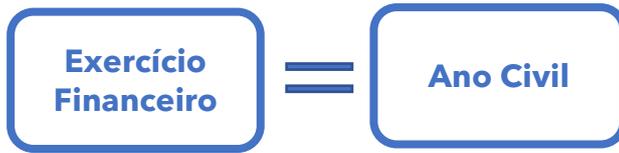
- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



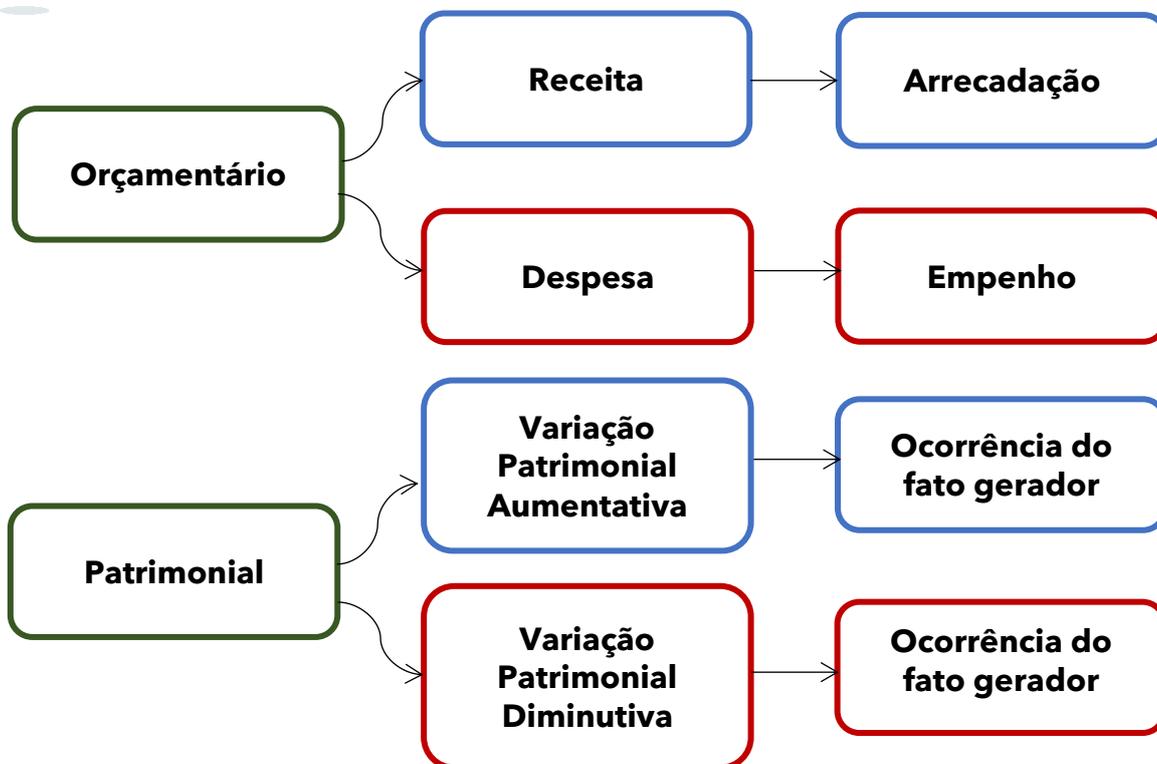
"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

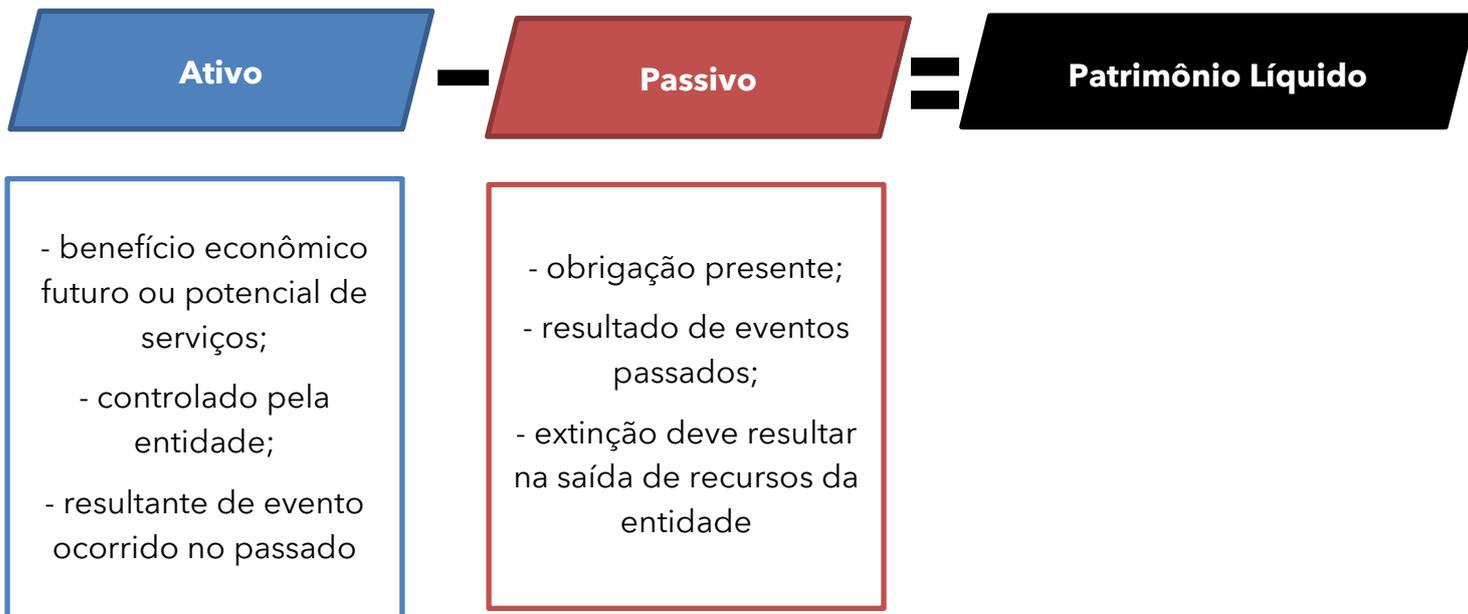
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

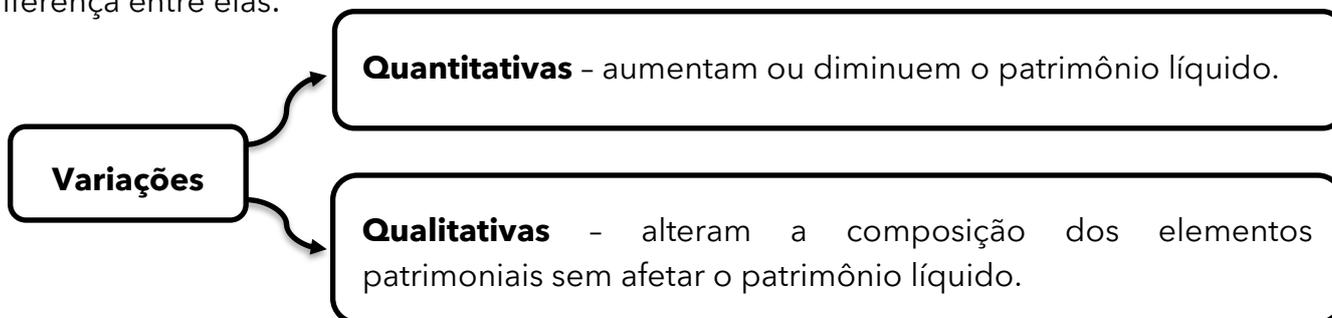
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



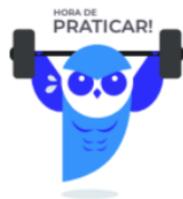
No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.

Como a quantidade de questões da banca em nossa disciplina não é tão grande, na maioria das aulas complementaremos com questões de outras organizadoras para fortalecer seu treinamento.

1. (IDECAN/2017/Câmara Municipal de Cel Fabriciano/Assistente de Controle Interno)

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Considerando o disposto em referida norma, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A governança no setor público, geralmente, envolve a realização de prestação de contas do Poder Executivo ao Poder Legislativo.
- () A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.
- () Os governos e outras entidades do setor público não são responsabilizáveis perante os provedores de recursos, especialmente perante aqueles que proveem esses recursos por meio do pagamento de obrigações tributárias e de outras obrigações da mesma natureza.
- () A estrutura conceitual da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, os quais devem ser elaborados com base no regime de competência.



A sequência está correta em

a) V, V, F, V.

b) V, V, V, V.

c) F, V, F, V.

d) F, V, V, F.

Comentários

Vamos aproveitar a questão para ver os itens em conjunto com a literalidade da NBC TSP Estrutura Conceitual.

(V) A governança no setor público, geralmente, envolve a realização de prestação de contas do Poder Executivo ao Poder Legislativo.

3. Os governos geralmente têm amplos poderes, incluindo a capacidade de estabelecer e fazer cumprir requisitos legais e alterar esses requisitos. Globalmente, o setor público varia consideravelmente em suas disposições constitucionais e em suas metodologias de funcionamento. No entanto, **a governança no setor público, geralmente, envolve a realização de prestação de contas do Poder Executivo para o Poder Legislativo.**

(V) A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.

8. O governo e outras entidades do setor público elaboram orçamentos. No Brasil, a Constituição exige a elaboração do orçamento anual, a sua aprovação pelo poder Legislativo e a sua disponibilização à sociedade. A legislação brasileira define o que a peça orçamentária deve conter. **A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.** O orçamento aprovado é utilizado como base para a definição dos níveis de tributação e de outras receitas, compondo o processo de obtenção de autorização legislativa para a realização do gasto público.

(F) Os governos e outras entidades do setor público não são responsabilizáveis perante os provedores de recursos, especialmente perante aqueles que proveem esses recursos por meio do pagamento de obrigações tributárias e de outras obrigações da mesma natureza.

7. **Os governos e outras entidades do setor público são responsabilizáveis perante os provedores de recursos, especialmente àqueles que proveem esses recursos por meio do pagamento de obrigações tributárias e de outras obrigações da mesma natureza.** O objetivo da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) relacionado com a elaboração e divulgação



dos RCPGs consta no Capítulo 2, intitulado Objetivos e Usuários da Informação Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

(V) A estrutura conceitual da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, os quais devem ser elaborados com base no regime de competência.

1.1. A estrutura conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), os quais devem ser elaborados com base no regime de competência. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicará estes conceitos no desenvolvimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) e nas demais disposições aplicáveis à elaboração e divulgação dos RCPGs.

Gabarito: A

2. (IDECAN/2017/Câmara Municipal de Natividade/Controlador Interno)

O patrimônio líquido das entidades do setor público, assim como das empresas privadas, deve figurar no Balanço. Contudo, sua composição é diferente. Em que consiste o Patrimônio Líquido das entidades do setor público?

- a) Reservas de capital ou cambiais.
- b) Superávits acumulados ao longo do tempo.
- c) Saldo residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.
- d) Direitos sobre a tributação dos impostos de sua respectiva competência.

Comentários

Ainda que a composição do patrimônio seja diferente, a equação contábil fundamental é a mesma:

Patrimônio Líquido = Ativos - Passivos

Portanto, a alternativa correta é a letra C.

Gabarito: C

3. (IDECAN/2016/Câmara Municipal de Aracruz/Auditor de Controle Interno)

Tendo por base conhecimentos a respeito de contabilidade pública e conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A contabilidade pública tem por finalidade única evidenciar os fatos ligados à administração patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição do patrimônio público.



b) A contabilidade pública, que tem dentre seus objetivos evidenciar o impacto no patrimônio, deve fazer o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária.

c) O reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme Art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva.

d) Entende-se por superávit financeiro, a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Assim, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada.

Comentários

O enunciado se refere à 6ª edição do MCASP, mas as informações continuam válidas frente à edição atual.

A - Errada. O enunciado traz apenas um dos objetivos da contabilidade, a qual possui diversos outros. Inclusive, o MCASP (9ª edição) é enfático nesse aspecto:

Observa-se que, **além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, exige-se que sejam evidenciados os fatos ligados à execução financeira e patrimonial, bem como à apuração de custos**, exigindo que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial, dos custos envolvidos e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

B - Certa. Tanto a Variação Patrimonial Aumentativa como a Variação Patrimonial Diminutiva podem ocorrer independentemente da execução orçamentária.

C - Certa. O enunciado traz corretamente o conservadorismo pelo qual a Lei nº 4.320/64 indica que as receitas sejam reconhecidas na arrecadação e as despesas no empenho.

D - Certa. Superávit Financeiro do Balanço Patrimonial = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro

Gabarito: A

4. (IDECAN/2017/Câmara Municipal de Natividade/Técnico em Contabilidade)

As receitas públicas são analisadas sob alguns enfoques, como o financeiro e o patrimonial. Por este último, as normas de contabilidade aplicadas ao setor público determinam que a receita deve ser reconhecida pela variação ocorrida no patrimônio e com o registro no momento do seu fato gerador, mesmo que o seu valor não tenha ingressado ainda nos cofres públicos. Considerando essa premissa, analise as afirmativas a seguir e assinale a INCORRETA.



- a) As receitas do IPTU são reconhecidas 1º de janeiro de cada exercício.
- b) Pelo enfoque patrimonial, as receitas são registradas pelo regime de competência.
- c) A receita extraorçamentária não altera o patrimônio das entidades e deve ser registrada pelo regime de caixa.
- d) Como pode haver diminuição ou aumento das receitas previstas, o registro correto se dá pelo regime de caixa.

Comentários

A - Certa. Sob o enfoque patrimonial, as receitas são reconhecidas no momento da ocorrência do fato gerador. No caso do IPTU, o fato gerador é a propriedade do imóvel, de forma que o fato gerador ocorre logo em 1º de janeiro.

B - Certa. Sob o enfoque patrimonial, tanto as receitas quanto as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

C - Certa. As receitas extraorçamentárias são entradas temporárias de recursos, que não são disponíveis para o ente. É o caso, por exemplo, de um depósito caução, em que o ente recebe o valor e ao mesmo tempo reconhece no passivo a obrigação de sua devolução. Por serem entradas meramente compensatórias, são reconhecidas pelo regime de caixa.

D - Errada. Sob o enfoque patrimonial utiliza-se o regime de competência.

Gabarito: D

5. (IDECAN/2016/Prefeitura de Damianópolis/Auxiliar de Controle Interno)

De acordo com a Gestão Administrativa no setor público, noções básicas sobre Receita Pública e Despesa Pública, bem como conhecimentos básicos sobre planejamento governamental, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.
- b) A Contabilidade Pública deve evidenciar, tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros.
- c) Na Contabilidade Pública, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, o registro da variação patrimonial aumentativa só deve ocorrer quando se efetivar a execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios contábeis da competência e da oportunidade.



d) Na Contabilidade Pública, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, tendo em vista que o registro das variações patrimoniais, tanto aumentativas como diminutivas, podem ocorrer independentemente da execução orçamentária, tendo em vista que ocorrem pelo regime de competência, pelo qual o que importa é a ocorrência do fato gerador.

Há, inclusive, variações patrimoniais que nem mesmo geram receitas e despesas orçamentárias. É o caso, por exemplo, da depreciação, em que se reconhece uma variação patrimonial diminutiva, mas não há a execução de uma despesa orçamentária.

Gabarito: C

6. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.

Comentários

As características qualitativas da informação contábil são:

Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.

Representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Tempestividade - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

Comparabilidade - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.



Verificabilidade - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Portanto, temos como gabarito a letra A. Identificando os erros das demais:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e **verdade**.
- c) relevância, compreensibilidade e **custo como base de valor**.
- d) representação fidedigna, **prudência** e **custo como base de valor**.
- e) relevância, representação fidedigna e **custo como base de valor**.

Gabarito: A

7. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Do ponto de vista da prestação de contas, é correto afirmar que

- a) governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo.
- b) os contribuintes normalmente não proveem recursos ao governo ou a outra entidade do setor público voluntariamente ou como resultado de transação com contraprestação. Em muitos casos, eles não detêm a prerrogativa de escolher se aceitam ou não os serviços prestados pela entidade do setor público ou de escolher um prestador alternativo do serviço. Assim, a finalidade de prestação de contas não tem relevância neste caso.
- c) a informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais não contribui para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability). Para que possa subsidiar e contribuir para a tomada de decisão devem ser feitos relatórios específicos para a entidade.
- d) relatórios Contábeis de Propósitos Gerais também não permitiriam avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.
- e) por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, não são úteis a tomada de decisão, que, muitas vezes, envolve escolhas que cujos efeitos se darão no futuro.

Comentários

Letra A - Alternativa correta, conforme disposição expressa da NBC TSP Estrutura Conceitual:

2.8 Governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo. ○



atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (accountability) requer o fornecimento de informações sobre a gestão dos recursos da entidade confiados com a finalidade de prestação de serviços aos cidadãos e aos outros indivíduos, bem como a sua adequação à legislação, regulamentação ou outra norma que disponha sobre a prestação dos serviços e outras operações. Em razão da maneira pela qual os serviços prestados pelas entidades do setor público são financiados (principalmente pela tributação e outras transações sem contraprestação) e da dependência dos usuários dos serviços no longo prazo, o atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização (accountability) requer também o fornecimento de informação sobre o desempenho da prestação dos serviços durante o exercício e a capacidade de continuidade dos mesmos em exercícios futuros.

Letra B - Errada. A prestação de contas passa a ser ainda mais importante por conta da falta de prerrogativa de escolha dos serviços prestados e de os recursos serem provenientes principalmente de transações sem contraprestação.

Letra C - Errada. As informações produzidas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral contribuem tanto para a prestação de contas como para a responsabilização.

Letra D - Errada. Trata-se de um tipo de informação que deve ser suportada pelos RCPG, conforme texto da NBC TSP Estrutura Conceitual:

2.11 Para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão, os usuários de serviço e os provedores de recursos necessitam de informações que possam dar suporte às avaliações de questões como:

(d) a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.

Letra E - Errada. A NBC TSP Estrutura Conceitual afirma o contrário, ou seja, que essas informações são úteis para a tomada de decisões.

*2.10 A informação fornecida nos RCPGs para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) subsidia e contribui para a tomada de decisão. Por exemplo, **as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado**, o montante e as fontes de recuperação de custos e os recursos disponíveis para dar suporte às atividades futuras, são necessárias para o atendimento da prestação de contas e responsabilização (accountability). **Essa informação também é útil para a tomada de decisão pelos usuários dos RCPGs, inclusive as decisões que os doadores e outros patrocinadores tomam sobre o provimento de recursos à entidade.***

Gabarito: A



8. (Vunesp/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.

Comentários

A questão trata da característica qualitativa da verificabilidade e, portanto, temos a alternativa C como gabarito. Vamos aproveitar para ver a previsão textual da NBC TSP Estrutura Conceitual:

3.26 A **verificabilidade** é a qualidade da informação que ajuda a **assegurar aos usuários que a informação contida nos RCPGs representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar**. A suportabilidade, ou seja, a qualidade referente àquilo que dá suporte a algo, algumas vezes é utilizada para descrever esta qualidade, quando aplicada em relação à informação explicativa e à informação quantitativa financeira e não financeira prospectiva divulgada nos RCPGs. Quer referida como verificabilidade ou como suportabilidade, a **característica implica que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa**, em que:

- (a) a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés; ou
- (b) o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés.

Relembrando os conceitos das características apresentadas nas demais alternativas:

Letra A - Relevância - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.



Letra B - Materialidade - não é uma característica qualitativa, mas uma restrição inerente à informação. A informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.

Letra D - Compreensibilidade - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.

Letra E - Representação fidedigna - é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

Gabarito: C

9. (Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

- a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.
- b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.
- c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.
- d) demanda que todas as informações sejam uniformes.
- e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.

Comentários

Vamos analisar os itens individualmente.

Letra A - Correta. Veja como está previsto na NBC TSP Estrutura Conceitual:

*3.21 Comparabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A comparabilidade não é uma qualidade de item individual de informação, mas, antes, a qualidade **da relação entre dois ou mais itens de informação**.*

Letras B e C - Erradas. O item 3.22 diz o contrário, veja:

*3.22 A comparabilidade difere da consistência. **A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração (LETRA B)**, seja de período a período dentro da entidade ou de um único período entre duas ou mais entidades. **A comparabilidade é o objetivo, enquanto que a consistência auxilia a atingi-lo (LETRA C)**. Em alguns casos, os princípios ou políticas contábeis adotados pela entidade podem ser revisados para melhor representar determinada transação ou evento nos RCPGs. Nesses casos, a inclusão de evidenciação ou explicação adicional pode ser necessária para satisfazer às características da comparabilidade.*

A letra B está errada pois quem se refere à utilização dos mesmos princípios contábeis é a consistência.



A letra C está errada porque é a consistência quem auxilia na consecução do objetivo da comparabilidade.

Letra D - Errada, porque a ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.

3.23 A comparabilidade também difere da uniformidade. **Para que a informação seja comparável, coisas semelhantes devem parecer semelhantes e coisas distintas devem parecer distintas. A ênfase demasiada na uniformidade pode reduzir a comparabilidade ao fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes.** A comparabilidade da informação nos RCPGs não é aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes, assim como ao fazer com que coisas semelhantes pareçam distintas.

Letra E - Errada, pois o objetivo da comparabilidade é muito mais amplo. A própria NBC TSP Estrutura Conceitual coloca diversos casos de utilização.

3.24 A informação sobre a situação patrimonial da entidade, o desempenho, os fluxos de caixa, a conformidade com os orçamentos aprovados ou com outra legislação relevante ou com os demais regulamentos relacionados à captação e à utilização dos recursos, o desempenho da prestação de serviços e os seus planos futuros, é necessária para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão. A utilidade de tal informação é aprimorada se puder ser comparada com, por exemplo:

- (a) **informações financeiras e não financeiras prospectivas anteriormente apresentadas** para aquele exercício ou data do relatório;
- (b) **informação similar sobre a mesma entidade** referente a algum outro exercício ou a algum outro momento no tempo; e
- (c) **informação similar sobre outras entidades** (por exemplo, entidades do setor público prestando serviços semelhantes em jurisdições distintas) para o mesmo exercício.

Gabarito: A

10. (FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.



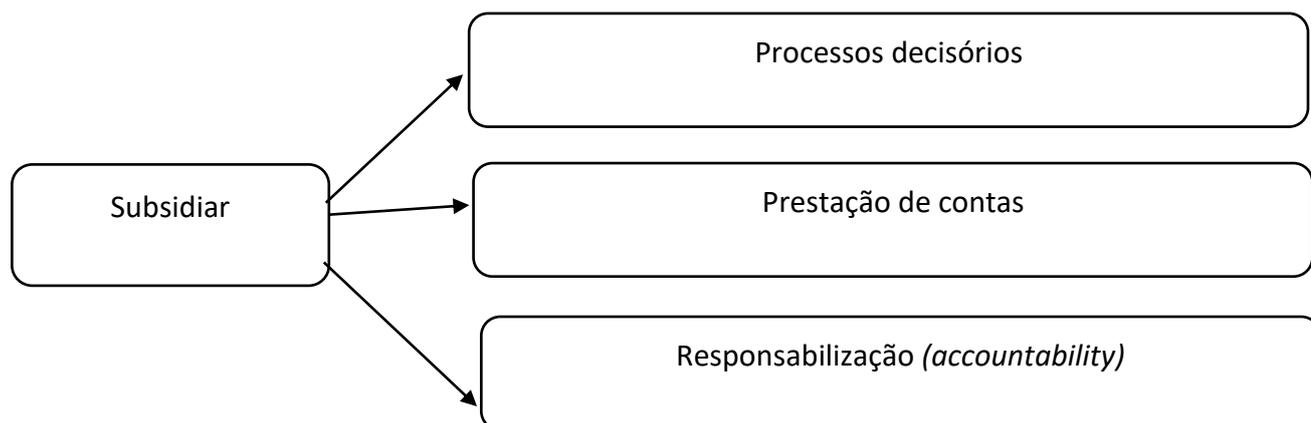
Comentários

Questão que cobra a literalidade da NBC TSP Estrutura Conceitual. Vejamos o que ela prevê:

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Conseqüentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para **subsidiar os processos decisórios** e a **prestação de contas** e **responsabilização (accountability)**. Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:

- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Observe que todas as demais alternativas estão direta ou indiretamente relacionadas à responsabilização e à prestação de contas, o que poderia ter confundido até mesmo um candidato bem preparado. Então, lembre-se dos termos chave sobre os objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil.



Gabarito: A



11.(FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- e) As decisões relacionadas a novas contratações.

Comentários

Vamos analisar esta questão à luz da literalidade da norma.

2.17 As informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são normalmente apresentadas nas demonstrações contábeis. Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:

*(a) a conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações **(Letra A)**;*

*(b) as atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício **(Letra B)**; e*

*(c) as expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro **(Letra C)**, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro **(Letra D)**.*

Essa informação pode ser apresentada nas notas explicativas às demonstrações contábeis ou em relatórios separados incluídos nos RCPGs.

Observe que a única alternativa que não está abrangida é a letra E, sendo o gabarito da questão. Trata-se de uma questão difícil, até porque é impossível decorar a norma



integralmente. O ideal para acertar esta questão, é você ter em mente que os relatórios contábeis de propósito geral buscam trazer informações sobre o orçamento, a prestação dos serviços e os resultados, ou seja, ela é mais em um sentido “macro”, ao passo que a contratação de novos serviços é algo um pouco mais específico e que, ainda que impacte os resultados e a prestação de serviços, não é o foco dos RCPGs.

Gabarito: E

12.(Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

- a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.
- b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.
- c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.
- d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.
- e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.

Comentários

A alternativa correta é a letra C, pois todos os usuários citados no enunciado possuem algum tipo de interesse nas informações contábeis. O governo e os gestores como responsáveis pela aplicação dos recursos, os acionistas como detentores do capital e a comunidade como usuária dos serviços e contribuinte.

Erros das demais:

Letra A - a comunidade está entre os principais interessados, pois é tanto usuária dos serviços como a principal contribuinte de suas receitas por meio de impostos ou contraprestação pelos serviços.

Letras B e D - erram ao delimitar os interessados.

Letra E - é plenamente possível que as entidades de classe da comunidade participem de decisões relacionadas a empresas estatais prestadoras de serviços públicos, por exemplo.

Gabarito: C



13.(FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Assinale a opção que indica os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os governantes.
- b) Os órgãos reguladores.
- c) A população em geral.
- d) Os investidores e os funcionários.
- e) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.

Comentários

Colocamos os usuários de forma esquematizada na parte teórica. Vamos aproveitar esta questão para ver a literalidade da norma.

*2.4 Consequentemente, os RCPGs devem ser elaborados e divulgados, principalmente, para atender às necessidades de informações dos **usuários dos serviços e dos provedores de recursos**, quando estes não detêm a prerrogativa de exigir que a entidade do setor público divulgue as informações que atendam às suas necessidades específicas. Os **membros do poder Legislativo são também usuários primários dos RCPGs** e utilizam extensiva e continuamente esses relatórios enquanto atuam como representantes dos interesses dos usuários de serviços e dos provedores de recursos. Assim, para os propósitos desta estrutura conceitual, **os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e seus representantes e os provedores de recursos e seus representantes** (doravante identificados como usuários dos serviços e provedores de recursos, a não ser que sejam identificados de outra forma).*

Portanto, a alternativa correta é a letra E, pois os usuários primários dos RCPGs são os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.

Gabarito: E

14.(IBFC/2017/TJ-PE/Contador)

Com base no MCASP - edição 2.017, e nas características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente no cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- b) Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.



c) A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.

d) Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.

e) A verificabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Comentários

As alternativas A a D trazem as definições das características qualitativas em conformidade com a NBC TSP Estrutura Conceitual.

A alternativa E, por sua vez, traz a característica qualitativa da comparabilidade, e não da verificabilidade, sendo o gabarito da questão.

A característica qualitativa da verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Gabarito: E

15.(IBFC/2018/Prefeitura de Divinópolis/Contador)

Baseado na NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, analise as afirmativas a seguir atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A relevância das informações financeiras ou não financeiras é determinada pela capacidade de influenciar de forma significativa o cumprimento dos objetivos de elaborar e divulgar a informação contábil.

() A informação contábil útil não possui a obrigatoriedade de ser neutra e livre de erros materiais, mas deve corresponder, obrigatoriamente, a sua forma jurídica.

() Informação compreensível é aquela que possibilita que os usuários, que tenham um conhecimento razoável tanto das atividades da entidade, quanto do ambiente que ela funciona, possam compreender o seu significado.

() A informação tempestiva útil deve ser fornecida em tempo hábil para prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

() Uma informação verificável, não deve apresentar, exclusivamente, um ponto único estimado, também pode ser apresentada por um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas.

Assinale a alternativa que apresenta, de cima para baixo, a sequência correta.



- a) V, V, V, V e V
- b) V, F, V, F e V
- c) F, V, F, V e F
- d) V, F, V, V e V

Comentários

Vejamos os itens em conjunto com a NBC TSP Estrutura Conceitual.

(V) A relevância das informações financeiras ou não financeiras é determinada pela capacidade de influenciar de forma significativa o cumprimento dos objetivos de elaborar e divulgar a informação contábil.

3.6 As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela.

(F) A informação contábil útil não possui a obrigatoriedade de ser neutra e livre de erros materiais, mas deve corresponder, obrigatoriamente, a sua forma jurídica. A característica qualitativa da representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

3.10. Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

(V) Informação compreensível é aquela que possibilita que os usuários, que tenham um conhecimento razoável tanto das atividades da entidade, quanto do ambiente que ela funciona, possam compreender o seu significado.

3.16. **A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.** Os RCPGs devem apresentar a informação de maneira que corresponda **às necessidades e à base do conhecimento dos usuários**, bem como a natureza da informação apresentada. Por exemplo, as explicações acerca das informações financeiras e não financeiras e as informações adicionais acerca da prestação de serviços e outros resultados durante o exercício, além das expectativas para os períodos



futuros, devem ser escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta. A comparabilidade pode também aprimorar a compreensibilidade.

3.17. Espera-se que os usuários dos RCPGs tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona, além de serem capazes e preparados para lerem os RCPGs e revisar e analisar a informação apresentada com a diligência apropriada. Alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são particularmente complexos e difíceis de serem representados nos RCPGs, e alguns usuários podem precisar de ajuda de assistente para auxiliá-los em sua compreensão. Todos os esforços devem ser realizados para representar os fenômenos econômicos e de outra natureza incluídos nos RCPGs de maneira que seja compreensível para a grande quantidade de usuários. Contudo, a informação não deve ser excluída dos RCPGs somente pelo fato de ser muito complexa ou ser difícil para alguns usuários compreenderem sem a devida assistência.

(V) A informação tempestiva útil deve ser fornecida em tempo hábil para prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

3.19. Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

(V) Uma informação verificável, não deve apresentar, exclusivamente, um ponto único estimado, também pode ser apresentada por um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas.

3.27. Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado. Um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas também pode ser utilizado.

Gabarito: D



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



LISTA DE QUESTÕES



1. (IDECAN/2017/Câmara Municipal de Cel Fabriciano/Assistente de Controle Interno)

A Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016, trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Considerando o disposto em referida norma, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A governança no setor público, geralmente, envolve a realização de prestação de contas do Poder Executivo ao Poder Legislativo.

() A sociedade fiscaliza a gestão das entidades públicas diretamente, respaldada pela Constituição, ou indiretamente, por meio de representantes.

() Os governos e outras entidades do setor público não são responsabilizáveis perante os provedores de recursos, especialmente perante aqueles que proveem esses recursos por meio do pagamento de obrigações tributárias e de outras obrigações da mesma natureza.

() A estrutura conceitual da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público, os quais devem ser elaborados com base no regime de competência.

A sequência está correta em

- a) V, V, F, V.
- b) V, V, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) F, V, V, F.

2. (IDECAN/2017/Câmara Municipal de Natividade/Controlador Interno)

O patrimônio líquido das entidades do setor público, assim como das empresas privadas, deve figurar no Balanço. Contudo, sua composição é diferente. Em que consiste o Patrimônio Líquido das entidades do setor público?

- a) Reservas de capital ou cambiais.



- b) Superávits acumulados ao longo do tempo.
- c) Saldo residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.
- d) Direitos sobre a tributação dos impostos de sua respectiva competência.

3. (IDECAN/2016/Câmara Municipal de Aracruz/Auditor de Controle Interno)

Tendo por base conhecimentos a respeito de contabilidade pública e conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6ª edição, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A contabilidade pública tem por finalidade única evidenciar os fatos ligados à administração patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição do patrimônio público.
- b) A contabilidade pública, que tem dentre seus objetivos evidenciar o impacto no patrimônio, deve fazer o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária.
- c) O reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme Art. 35 da Lei nº 4.320/1964 e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva.
- d) Entende-se por superávit financeiro, a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos neles vinculadas. Assim, trata-se de saldo financeiro e não de nova receita a ser registrada.

4. (IDECAN/2017/Câmara Municipal de Natividade/Técnico em Contabilidade)

As receitas públicas são analisadas sob alguns enfoques, como o financeiro e o patrimonial. Por este último, as normas de contabilidade aplicadas ao setor público determinam que a receita deve ser reconhecida pela variação ocorrida no patrimônio e com o registro no momento do seu fato gerador, mesmo que o seu valor não tenha ingressado ainda nos cofres públicos. Considerando essa premissa, analise as afirmativas a seguir e assinale a INCORRETA.

- a) As receitas do IPTU são reconhecidas 1º de janeiro de cada exercício.
- b) Pelo enfoque patrimonial, as receitas são registradas pelo regime de competência.
- c) A receita extraorçamentária não altera o patrimônio das entidades e deve ser registrada pelo regime de caixa.
- d) Como pode haver diminuição ou aumento das receitas previstas, o registro correto se dá pelo regime de caixa.



5. (IDECAN/2016/Prefeitura de Damianópolis/Auxiliar de Controle Interno)

De acordo com a Gestão Administrativa no setor público, noções básicas sobre Receita Pública e Despesa Pública, bem como conhecimentos básicos sobre planejamento governamental, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.
- b) A Contabilidade Pública deve evidenciar, tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros.
- c) Na Contabilidade Pública, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, o registro da variação patrimonial aumentativa só deve ocorrer quando se efetivar a execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios contábeis da competência e da oportunidade.
- d) Na Contabilidade Pública, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

6. (Vunesp/2019/TJ SP/Contador Judiciário)

São três características qualitativas da informação contábil, conforme o MCASP:

- a) compreensibilidade, comparabilidade e verificabilidade.
- b) tempestividade, relevância e verdade.
- c) relevância, compreensibilidade e custo como base de valor.
- d) representação fidedigna, prudência e custo como base de valor.
- e) relevância, representação fidedigna e custo como base de valor.

7. (Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Do ponto de vista da prestação de contas, é correto afirmar que

- a) governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo.



b) os contribuintes normalmente não proveem recursos ao governo ou a outra entidade do setor público voluntariamente ou como resultado de transação com contraprestação. Em muitos casos, eles não detêm a prerrogativa de escolher se aceitam ou não os serviços prestados pela entidade do setor público ou de escolher um prestador alternativo do serviço. Assim, a finalidade de prestação de contas não tem relevância neste caso.

c) a informação fornecida nos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais não contribui para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability). Para que possa subsidiar e contribuir para a tomada de decisão devem ser feitos relatórios específicos para a entidade.

d) relatórios Contábeis de Propósitos Gerais também não permitiriam avaliar a capacidade da entidade de se adaptar a novas situações, devido a mudanças demográficas ou nas condições econômicas nacionais ou globais que provavelmente irão impactar a natureza ou a composição das atividades que realiza ou os serviços que são prestados.

e) por exemplo, as informações sobre os custos, a eficiência ou a eficácia das atividades de prestação de serviços no passado, não são úteis a tomada de decisão, que, muitas vezes, envolve escolhas que cujos efeitos se darão no futuro.

8. (Vunesp/SEPOG SP/Concurso de Promoção - Orçamento e Contabilidade Pública)

O contador de uma determinada entidade pública constatou, em outubro de 2017, que o valor realizável líquido do estoque tinha diminuído e, conseqüentemente, o valor reconhecido no ativo estava escriturado por quantia superior ao seu valor recuperável. Assim, o contador buscou assegurar que dois observadores esclarecidos e independentes pudessem chegar a um consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, de que a mensuração do estoque não apresentava erro material ou viés. Dessa forma, a característica qualitativa da informação que foi observada pelo contador da entidade para o reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, de acordo com as determinações da NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, corresponde à

- a) relevância.
- b) materialidade.
- c) verificabilidade.
- d) compreensibilidade.
- e) representação fidedigna.



9. (Cebraspe/2019/MPC PA/Procurador de Contas)

A comparabilidade da informação financeira

- a) constitui a relação entre dois ou mais itens de informação.
- b) refere-se à utilização dos mesmos princípios contábeis.
- c) auxilia na consecução do objetivo de consistência.
- d) demanda que todas as informações sejam uniformes.
- e) é necessária apenas para permitir comparação com outras entidades.

10.(FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informações aos seus usuários com o objetivo de

- a) subsidiar os processos decisórios relativo aos orçamentos dos exercícios subsequentes, a prestação de contas e a responsabilização (accountability).
- b) verificar o resultado obtido e a prestação de contas e responsabilização (accountability).
- c) verificar o retorno financeiro e subsidiar os processos decisórios relativos aos orçamentos dos exercícios subsequentes.
- d) avaliar a idoneidade e a conduta do governo.
- e) assegurar o interesse público de acordo com os objetivos definidos nas políticas públicas.

11.(FGV/2018/ALERO/Analista Legislativo)

Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os relatórios contábeis de propósito geral das entidades do setor público devem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

Essas informações estão listadas a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações.
- b) As atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício.
- c) As expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro.
- d) As consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.



e) As decisões relacionadas a novas contratações.

12.(Vunesp/2018/IPSM SJC/Analista - Contabilidade)

Assinale a alternativa que apresenta a resposta correta para a seguinte questão: O governo, os acionistas, os gestores e a comunidade, representada por associações profissionais e entidades de classe, dentre muitas outras entidades, são usuários da Contabilidade?

- a) Não, pois, a comunidade não tem interesse na informação contábil das organizações.
- b) Sim, no caso de acionistas e gestores apenas.
- c) Sim, todas essas entidades são usuárias potenciais da informação contábil.
- d) Sim, no caso do governo e acionistas apenas.
- e) Não, pois, entidades de classe e da comunidade não tomam decisões que envolvam empresas.

13.(FGV/2018/MPE AL/Auditor do Ministério Público)

Assinale a opção que indica os usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público.

- a) Os governantes.
- b) Os órgãos reguladores.
- c) A população em geral.
- d) Os investidores e os funcionários.
- e) Os usuários dos serviços e os provedores de recursos.

14.(IBFC/2017/TJ-PE/Contador)

Com base no MCASP - edição 2.017, e nas características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente no cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- b) Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.



- c) A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.
- d) Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
- e) A verificabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

15.(IBFC/2018/Prefeitura de Divinópolis/Contador)

Baseado na NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, analise as afirmativas a seguir atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A relevância das informações financeiras ou não financeiras é determinada pela capacidade de influenciar de forma significativa o cumprimento dos objetivos de elaborar e divulgar a informação contábil.
- () A informação contábil útil não possui a obrigatoriedade de ser neutra e livre de erros materiais, mas deve corresponder, obrigatoriamente, a sua forma jurídica.
- () Informação compreensível é aquela que possibilita que os usuários, que tenham um conhecimento razoável tanto das atividades da entidade, quanto do ambiente que ela funciona, possam compreender o seu significado.
- () A informação tempestiva útil deve ser fornecida em tempo hábil para prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.
- () Uma informação verificável, não deve apresentar, exclusivamente, um ponto único estimado, também pode ser apresentada por um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas.

Assinale a alternativa que apresenta, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, V, V e V
- b) V, F, V, F e V
- c) F, V, F, V e F
- d) V, F, V, V e V



GABARITO

GABARITO



1. A
2. C
3. A
4. D
5. C
6. A
7. A
8. C

9. A
- 10.A
- 11.E
- 12.C
- 13.E
- 14.E
- 15.D



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.